



Imprensa Nacional  
Biblioteca Machado de Assis



B0013190

# ADMINISTRAÇÃO ITAMAR FRANCO

Ação comparada  
1992/1993

F 353  
A238  
ex. 3

## ADMINISTRAÇÃO ITAMAR FRANCO

### ACÇÃO COMPARADA 1992/1993

As realizações do Governo Itamar Franco, em 1993, demonstram que a Administração Federal vem se recuperando rapidamente da situação de descalabro, desorganização e ausência de articulação entre as várias agências do Executivo, herdada do período anterior. A partir da constatação do quadro gravíssimo em que se encontravam os diversos setores do Governo, em função do desmonte da máquina administrativa federal, verificado em diversas áreas, o Chefe do Executivo estabeleceu diretrizes claras de ação, fixando como prioridade o desenvolvimento social.

O planejamento das políticas públicas orientou-se pelo objetivo-síntese de elevar a qualidade de vida da população, criando e potencializando oportunidades de desenvolvimento, de modo a compatibilizar o crescimento econômico com a justiça social. A política econômica deixou de ser considerada uma dimensão paralela ao sistema social, para ser um fator importante de promoção humana. Desde o primeiro momento, a sociedade civil foi conclamada a participar deste esforço, surgindo, deste chamamento, uma profícua parceria em diversas ações de combate à fome e à miséria.

Todos os setores do Governo Federal foram instados a direcionar suas atividades para que o Estado cumprisse seu papel regulador e indutor do desenvolvimento, que contemplasse a diluição das disparidades sociais, econômicas e regionais. Neste sentido, os vetores do Executivo sinalizaram pela melhor definição das responsabilidades dos diversos níveis de Poder, pela descentralização de funções de Governo, pela desregulamentação e privatização e pela moralização e transparência das Administrações direta e indireta.

Apesar das pressões inflacionárias, a retomada do crescimento econômico foi vigorosa e abrangeu a maior parte dos setores de atividades, como nos casos da indústria automobilística, siderúrgica, naval e de máquinas agrícolas. Esta evolução foi propiciada pela ação determinante do Estado, por meio de política monetária que reduziu os juros no primeiro semestre, dos acordos com os sindicatos, as empresas e os governos estaduais, no âmbito das câmaras setoriais, da utilização de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para financiar setores com capacidade ociosa e rápida multiplicação vertical e horizontal de postos de trabalho e da normalização das relações com os credores externos, que permitiu maior afluxo do capital internacional em créditos e investimentos.

Internamente, o Executivo buscou melhor e mais criteriosa aplicação de verbas, criando novos métodos e processos de organização, disciplinando gastos e estabelecendo padrões mais rigorosos de licitação. Com um orçamento mais equilibrado e gestão mais eficiente, as agências governamentais puderam recuperar e expandir políticas, programas e projetos socioeconômicos favorecendo a saída da recessão.

A reestruturação do Estado, pautando-se pelo uso austero dos recursos públicos, permitiu, apesar das limitações orçamentárias, a retomada de numerosos projetos de infraestrutura, destacando-se os da área energética, e de produção mineral.

O programa de privatização obedeceu a novos conceitos emanados pela Administração Federal, pelos quais foram ampliadas a abrangência das atividades a serem transferidas à livre iniciativa, a participação de empregados das estatais e a entrada líquida de moeda corrente.

F 353  
A238  
24.3  
B0013190

Na área social, o Governo privilegiou a assistência e o atendimento aos segmentos mais carentes da população. A firme determinação do Executivo possibilitou que fosse iniciado o resgate das dívidas sociais do Estado.

Simultaneamente ao programa de combate à fome e à miséria, com uma amplitude inédita pela intensa participação da sociedade civil, o Governo empreendeu diversos projetos com o objetivo de amparar os espectros sociais mais atingidos pelas deficiências históricas da Nação brasileira.

A profunda reorganização encetada na previdência social, a recuperação da capacidade de investimento na educação e o revigoramento das políticas de saúde pública e de bem-estar social comprovam amplamente que em 1993 a prioridade social do Governo Itamar Franco foi alcançada.

## QUADRO SINÓPTICO

### ÁREA ECONÔMICA

	1992	1993
Variação do PIB	-0,9%	entre 4,5% e 5%
Variação da Produção Industrial	-3,6%	cerca de 9,0%
Variação da Produção Agropecuária	5,3%	cerca de -1,4%
Variação do Setor Terciário	-0,1%	cerca de 3,5% <sup>1</sup>
Inflação (IGP-M)	1.174%	2.567%
(FIPE)	1.129%	2.491%
Exportações	US\$ 35,9 bilhões	US\$ 38,8 bilhões
Importações	US\$ 20,6 bilhões	US\$ 25,7 bilhões
Saldo Comercial	US\$ 15,3 bilhões	US\$ 13,1 bilhões
Reservas Internacionais (conceito de liquidez)	US\$ 23 bilhões	US\$ 33 bilhões
Investimentos Estrangeiros(liquido total)	US\$ 2,8 bilhões	US\$ 7 bilhões
Investimento Portfólio (principalmente Bolsas) líquido	US\$ 1,7 bilhão	US\$ 6,6 bilhões
Investimento Direto líquido	US\$ 1,1 bilhão	US\$ 0,4 bilhão
Desembolso de novos empréstimos ao Brasil	US\$ 7,9 bilhões	US\$ 10 bilhões
Privatização (arrecadação total)	CR\$ 673,3 trilhões	CR\$ 726,38 trilhões
Moeda Corrente	CR\$ 83,9 milhões	CR\$ 41 bilhões
Produção de petróleo (média dezembro)	656.000 barris/dia	700.000 barris/dia
Produção de veículos	1,07 milhão	1,39 milhão
Aço Bruto (toneladas)	23,9 milhões	25,2 milhões
Máquinas agrícolas	21,3 mil	31,2 mil
Produção de grãos (toneladas)	67,2 milhões	69 milhões
Investimentos em pesquisa mineral	CR\$ 11,175 bilhões	CR\$ 19,55 bilhões
Terminais telefônicos instalados	800 mil	1 milhão
Telefones celulares instalados	60,6 mil	193 mil
Telefones públicos instalados	37,2 mil	43,5 mil
Rodovias restauração	1400 km	6.600 km <sup>(1)</sup>
Construção	30 km	148 km

FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador)  
Repasse ao BNDES Via Câmaras Setoriais

Indústria automotiva	-	CR\$ 55,87 bilhões
Indústria naval	-	CR\$ 64,81 bilhões
Maquinário agrícola e implementos	CR\$ 55,87 bilhões	CR\$ 55,87 bilhões

FAT  
Empregos Gerados

Indústria automotiva	-	18 mil
Indústria naval	-	15 mil
Máquinas agrícolas	26 mil	34 mil
Empregos em outras áreas (diretos e indiretos)	443 mil	415 mil

(1) Restauradas, recuperadas e reparadas.

Obs: Tabela elaborada pela Assessoria Especial de Comunicação Intergovernamental da Presidência da República

## RETOMADA DE PROJETOS

**Cenibra**<sup>(2)</sup> (celulose, MG, duplicação para 750 mil t.) US\$ 800 milhões. Início em setembro de 1993. Conclusão setembro 1995. Protelação por demoradas negociações e exigências dos sócios japoneses (relacionadas com normalização das relações com credores externos).

**Alunorte**<sup>(2)</sup> (alumina no Pará) Depois de investidos US\$ 375 milhões, obras paradas desde 1986. Retomada em novembro 93. Investimentos de mais US\$ 500 milhões para término em 1995.

**Salobo**<sup>(2)</sup> (cobre, ouro e prata, em Carajás no Pará). Após prolongadas negociações para definição de sócio e desenvolvimento de projeto, foi acordado, em fevereiro 1993, com Mineração Morro Velho, investimento de US\$ 782 milhões. Término em 1996.

(2) Todos projetos da Companhia Vale do Rio Doce

USINAS DE ENERGIA	Início	Paralisação	Retomada
Hid. Samuel (RO)	78	90	fim 93
Hid. Serra Mesa (GO)	87	90	meados 93
Hid. Corumbá I	79	90	meados 93
Term. Jorge Lacerda IV (montagem)	85	90	março 93
Term. Rio Acre	Transferência da Bahia para o Acre		

### Samuel (RO)

(216 MW). Início 1978, com custo previsto de US\$ 381 milhões. Até dezembro 1988, já gastos US\$ 659 milhões, principalmente juros. Obras praticamente paradas desde o começo de 1990. Pagamento de atrasados em 1993, para mobilização da empreiteira em fins de 1993, aceleração de obras em 1994, para instalar a terceira turbina no terceiro trimestre de 1994 e término (quinta turbina) em dez/1995.

### Serra da Mesa (GO)

(1.200 MW). Início 1987, com custo previsto de US\$ 680 milhões. Em dezembro 1992, custo subia a US\$ 2,6 bilhões, principalmente juros. Obras praticamente paradas desde começo de 1990. Aceleração do ritmo a partir de meados de 1993.

### Corumbá I (GO)

(375 MW). Início pelo Governo de Goiás, no final década 1970 e assumida por Furnas em 1987. Orçamento em 1987 de US\$ 456 milhões e em dezembro de 1992 em US\$ 1 bilhão (principalmente juros). Quase parada desde o início de 1990. Aceleração do ritmo desde meados de 1993.

### Jorge Lacerda IV (SC)

(Termelétrica a carvão)

(350 MW). Equipamentos comprados (França), no início da década de 1980. Orçamento em 1981 de US\$ 425 milhões. Início montagem em fins de 1985. Parada desde o começo de 1990. Retomada em março de 1993. Término em meados de 1994.

### Rio Acre (AC)

(Termelétrica a diesel)

(40 MW). Transferida de Camçari (BA). Desmonte em 1993, havendo chegado ao Acre só em dezembro de 1993. Primeira parte entra em operação em maio de 1994 e segunda parte em agosto de 1994.

Obs: Tabela elaborada pela Assessoria Especial de Comunicação Intergovernamental da Presidência da República

## ENERGIA

### OUTROS EVENTOS

REFINARIAS	1993
Alberto Pasqualini (RS)	Término de expansão US\$ 86 milhões
Gabriel Passos (MG)	Entrada em operação Unidade de Coque US\$ 118 milhões (término previsto para fev/94)
Paulinea (SP)	Término da Unidade de Coqueamento Catalítico US\$ 204 milhões
Landulpho Alves (BA)	Decidido reinício obras de modernização e expansão US\$ 253 milhões

POLIDUTOS	Custo total US\$ milhões	Extensão km	Término
Poliduto Madre de Deus/Jequié/Itabuna <sup>(3)</sup>	40,1	10,2	95
Poliduto Araucária/Florianópolis <sup>(3)</sup>	67	264	95
Poliduto Paulínia/Brasília <sup>(3)</sup>	369	950	95
Gasoduto Bolívia/Brasil <sup>(5)</sup>	1.600	2864	--
Gasoduto Rio/Juiz de Fora/BHz <sup>(4)</sup>	120	360	95
Gasoduto Cabiúnas/Campos <sup>(4)</sup>	11	90	95
Gasoduto Cabiúnas/Cantagalo <sup>(4)</sup>	14,6	95	95

(3) Iniciada a construção

(4) Decidida a construção

(5) Em estudos e projetos

Obs: Tabela elaborada pela Assessoria Especial de Comunicação Intergovernamental da Presidência da República

## ARRECAÇÃO DA RECEITA FEDERAL

A arrecadação de impostos e contribuições federais administrados pela Secretaria da Receita Federal atingiu, em 1993, os seguintes valores e respectivas variações comparadas com 1992:

UNIDADE	PERÍODO		VARIÇÃO %
	1992	1993	
CR\$	177.775	4.332.365	2.337,00
UFIR	69.320	89.577	29,22
US\$	36.894	46.358	25,65

### MULTAS

UNIDADE	PERÍODO		VARIÇÃO %
	1992	1993	
US\$	547.470	664.753	21,42

## QUADRO SINÓPTICO

### ÁREA SOCIAL

	1992	1993
PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador)	6,5 milhões	7,7 milhões (1)
Desempregados colocados via SINE-Sistema Nacional de Emprego	94,5 mil	111,1 mil
FGTS - Empresas fiscalizadas	268,2 mil	290,7 mil
Seguro desemprego	3,8 milhões	3,6 milhões
<b>Previdência</b>		
Benefícios concedidos	1,8 milhão	2,6 milhões
Pgtº. com cartão magnético	2,4 milhões pessoas	6,3 milhões pessoas
Postos informatizados	65	435
Ação fiscal	CR\$ 1 trilhão	CR\$ 1,5 trilhão
<b>MEC</b>		**
Repasse FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação)	CR\$ 225 bilhões	CR\$ 228 bilhões
Livros didáticos distribuídos	7,9 milhões	25 milhões
Prof. treinados via FNDE	31.754	459.784
Crédito Educativo	85 mil alunos	125 mil alunos
Alimentação escolar (30 milhões crianças)	43 dias letivos <sup>(3)</sup>	155 dias letivos
Cinema (financiamento)	-	CR\$ 2,5 bilhões
Carta Social <sup>(4)</sup>		820 mil expedidas
Vale Gás <sup>(5)</sup>		4,8 milhões famílias/mês

(1) Inclui trabalhadores rurais e da construção civil

(2) Até outubro de 1992, haviam sido repassados CR\$ 83,5 milhões

(3) Até outubro de 1992, apenas 22 dias

(4) Correspondência com custo reduzido

(5) Contra apresentação de contas de luz de até 60 kw/hora por mês, os Correios (ECT) repassam cerca de 90% do valor de 1 botijão de gás

Obs: Tabela elaborada pela Assessoria Especial de Comunicação Intergovernamental da Presidência da República

## ÁREA SOCIAL

### OUTROS DADOS

- FGTS/Contas inativas: liberados CR\$ 279,38 trilhões para 20 milhões de trabalhadores (até março/94).
- SINE - Sistema Nacional de Emprego: reestruturado, treinou 32,2 mil trabalhadores.
- PRO-LABOR (Força Jovem para o Interior): 24 mil recém-formados cadastrados.
- Lavrados 82 autos de infração contra trabalho de 88.901 crianças e adolescentes.
- Trabalho forçado: sistematizada ação preventiva e punitiva. Realizadas 59 verificações num universo de 15 mil trabalhadores.
- Pagos CR\$ 391 trilhões dos 147% devidos a 2,9 milhões de pensionistas e aposentados (outros CR\$ 32 bilhões pagos por sentenças judiciais).
- Ressarcidos 1,3 milhão de benefícios defasados, a partir de 1 salário mínimo, recalculados com base no princípio da correção monetária, contido na Lei 8.213/91 (correção sobre 36 contribuições). Período de 5/10/88 a 4/4/91. Solução do chamado "buraco negro".
- Pagos 62 mil benefícios, antes retidos por falta de dados.
- Pecúlios: 67,9 mil pagos.
- Cancelamentos por irregularidade: 294,2 mil benefícios rurais; 87 mil aposentadorias por invalidez; 134,7 mil auxílios-doença; 80,8 mil pelo Sistema de Controle de Óbitos.
- Recadastramento: 9 milhões de trabalhadores urbanos.
- Três em cada quatro benefícios concedidos em menos de 45 dias (em 1992, um para seis).
- Projeto Nordeste de Educação Básica: US\$ 736,5 milhões em cinco anos (com apoio do Banco Mundial).
- Transporte escolar: 1.229 ônibus e 84 barcos financiados (Programa aprovado pela Constituição de 1988 e que ainda não tinha sido aplicado).
- Lançado Plano Decenal de Educação para Todos: meta é aprovar 80% dos alunos do ensino fundamental (média, hoje, é de 22%).
- Construídos 35 Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente-CAIC (em 1992, 17 concluídos).
- Conselho Nacional do Serviço Social excluiu 5 mil estabelecimentos do cadastro do CNSS, principalmente por irregularidades.
- LBA: assistência a 1,4 milhão de crianças carentes e 212 mil idosos por mês.
- Programa Habitar Brasil: 19,8 mil famílias beneficiadas.
- Projeto Pastoral da Criança (de 0 a 6 anos): 14 mil comunidades beneficiadas, mais de um milhão de famílias, 74 mil gestantes e 1,5 milhão de crianças.
- Programa do Artesanato Brasileiro: 5 milhões de beneficiados (CR\$ 530 milhões).
- Programa Emergencial de Distribuição de Feijão: 4.623 municípios atendidos.
- Investimento no Patrimônio Cultural: CR\$ 82,8 bilhões.
- Destinados CR\$ 70,2 bilhões do MBES para obras de saneamento básico, em 2 mil municípios. Além disso, a CEF investiu CR\$ 112 bilhões, beneficiando 11 milhões de pessoas. Em aplicação, mais CR\$ 363,2 trilhões de acordos de crédito assinados pelo BID e BIRD com governos estaduais e intervenção do MBES. Contratos estavam paralisados até outubro de 1992.

Obs: Tabela elaborada pela Assessoria Especial de Comunicação Intergovernamental da Presidência da República

## SAÚDE

- O SUS-Sistema Único de Saúde, aprovado pela Constituição de 1988, começa a ser efetivamente implantado. O SUS assinou convênio com 445 municípios no último trimestre de 1993.
- Simultaneamente, lançado o PISUS-Programa de Interiorização do Sistema Único de Saúde. Voltado para a fixação dos profissionais de saúde no interior. Iniciado em 211 municípios, beneficiando 2 milhões de pessoas.
- Revitalizado o Programa de Agentes Comunitários de Saúde: 29,4 mil agentes estão atuando em 783 municípios de 13 Estados das Regiões Norte e Nordeste.
- Em vigor o Decreto nº 793, de 5 de abril de 1993, que determina o uso do nome genérico dos medicamentos nas embalagens, em posição de destaque, com o objetivo de propiciar a escolha mais barata, de parte do consumidor.
- Abastecida a rede pública de saúde com medicamentos básicos, totalizando CR\$ 5,1 bilhões.
- Transplantes de fígado, pulmão e coração passaram a ter financiamento do SUS-Sistema Único de Saúde (Lei nº 8.489, de agosto de 1993). Antes apenas os transplantes de medula óssea, rins e córnea eram cobertos pelo SUS.
- O Brasil passou a ter uma das mais rigorosas legislações do mundo na área do sangue. Obrigatórios agora os testes para a detecção do vírus HTLV I e II, responsáveis pela leucemia e linfoma celular e do vírus da hepatite B (Portaria nº 1.376/93).
- Retomados os programas de distribuição do Cartão da Criança (6,5 milhões produzidos e 1,3 milhão distribuídos) e Cartão da Gestante (produzidos 3,5 milhões).

Obs: Tabela elaborada pela Assessoria Especial de Comunicação Intergovernamental da Presidência da República

## OBRAS RETOMADAS <sup>(6)</sup>

ESCOLAS TÉCNICAS INAUGURADAS EM 93<sup>(7)</sup>

MUNICÍPIO	INÍCIO DE OBRAS
Cornélio Procópio (PR)	1988
Pato Branco (PR)	1988
Sombrio (SC)	1988
Colatina (ES)	1989
Palmeira dos Índios (AL)	1989
Barreiras (BA)	1989
Colorado D'Oeste (RO)	1991

(6) Construções ativadas em outubro de 92

(7) Em 1994, 24 escolas técnicas continuam em construção e 15 devem ser concluídas. Todas iniciadas também no final da década de 80.

Obs: Tabela elaborada pela Assessoria Especial de Comunicação Intergovernamental da Presidência da República